Produzir

Seguro rural é fundamental para o Brasil



Cesário Ramalho da Silva*

NO COMEÇO de agosto, fiz um giro de duas semanas pelas regiões mais afetadas pela seca nos Estados Unidos. A situação por lá, de fato, é dramática. Na região do "Corn Belt", centro-oeste do país, onde se cultiva a maior parte do milho produzido nos EUA, a estiagem afetou 75% da área, por exemplo.

Todavia, o produtor norte-americano está, obviamente, preocupado, mas não desesperado. Por quê? Porque, lá, o seguro rural é amplo e eficiente. Cobre praticamente 90% da área agrícola e cerca de 85% dos agricultores. Assim, mesmo com a quebra da colheita, a renda do produtor fica assegurada.

O cenário é completamente diferente aqui. Para se ter ideia da discrepância, em 2011, a área plantada segurada no Brasil correspondeu a 5,58 milhões de hectares (cerca de 18%) de um total de 69,8 milhões cultivados com grãos e culturas perenes.

O agricultor que lida com eventos imprevisíveis, sujeito a condições do tempo e oscilações do mercado, produz sem nenhuma retaguarda e um imprevisto pode acabar com o resultado de um ano inteiro. Mais que isso, pode inviabilizar o negócio, interromper a atividade, com efeitos perversos para todo o setor e a população em geral.

O seguro rural é um mecanismo de mitigação de riscos muito mais inteligente e barato do que eternas renegociações de dívidas. O produtor sujeito a imprevistos já citados acaba endividando-se. E, para arcar com esse prejuízo, toma novos empréstimos, que vão se acumulando, criando um roteiro inesgotável de passivos financeiros.

Informe do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), divulgado em setembro, destaca que impactos da maior variabilidade climática sobre a agricultura vão continuar nos próximos anos, de modo que se torna cada vez mais necessário instrumentar políticas para se adaptar às mudanças climáticas e mitigar seus efeitos no agro. A tradução disso? Seguro rural.

A realidade é que até hoje as subvenções governamentais não foram capazes de fazer o seguro rural deslanchar. Isso, em primeiro lugar, devido ao volume insatisfatório de recursos, que não atende o gigantismo do agronegócio brasileiro. Sendo assim, ao lado do governo federal, municípios e estados precisam assumir ainda mais a tarefa de subsidiar o prêmio (valor pago pelo produtor rural pela apólice).

Além disso, a participação da iniciativa privada é extremamente tímida. Dados da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) mostram que os contratos de seguros privados cobrem apenas 8% da área plantada.

As seguradoras e resseguradoras, por exemplo, têm dificuldades em lançar coberturas diferenciadas por região, cultura e perfil de produtor, em razão da falta de informações mais exatas sobre a realidade do agro brasileiro. A possibilidade de produtos personalizados promoveria maior aderência entre preço e cobertura oferecida, alavancando a contratação do seguro. Dessa maneira, daríamos início a um círculo virtuoso, pautado pela ampliação da carteira, o que acarretaria também um processo de redução do valor das apólices.

Além da baixa capilaridade referente à cobertura, geralmente o seguro, no Brasil, restringe-se a garantir a capacidade de pagamento de dívidas do crédito rural. Algumas modalidades privadas cobrem certa parte da produção e o valor dela na hora da comercialização. Mas é pouco.

Uma nova tentativa para alavancar o seguro está em curso e foi apresentada recentemente em reunião do Comitê Estratégico do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, realizada na Sociedade Rural Brasileira.

A proposta para o desenho de um seguro de renda, elaborada pela consultoria MB Agro, com aval do ministro Mendes Ribeiro, será apresentada, em breve, à presidenta Dilma Rousseff. Entre os destaques da proposta, constam garantia de recursos orçamentários para o programa de subvenção federal, criação de um banco de dados com informações dos produtores, combinação da tomada de crédito com contratação do seguro, implantação de um fundo garantidor aos agentes seguradores, entre outros. Que desta vez seja dado um passo seguro. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira